

MENSAGEM Nº 51

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2022.

Brasília, 25 de Janeiro de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Sudão, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. A atual ocupante do cargo, **PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA**, deverá ser removida no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 55/2022/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria, Mensagem por meio da qual o Senhor Presidente da República submete, à consideração dessa Casa, o nome do Senhor **RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o Cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

Atenciosamente,

MARIO FERNANDES

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República, Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 15/02/2022, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3187720** e o código CRC **FC1DE6AC** no site: https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL

CPF.: 635.705.301-59

1967 Filho de Rubem Amaral Junior e Ivani Santana Guimarães Amaral, nasce em Montevideú, Uruguai, em 08 de janeiro (brasileiro nato de acordo com o Art. 129, alínea II, 1a Parte da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1989 Licenciatura em História pela Universidade Clássica de Lisboa, Portugal
1994 CPCD - IRBr
2003 CAD - IRBr
2011 CAE - IRBr - O fim da era Mubarak: sociedade, renovação política e esperanças de democracia. Perspectivas para as relações Brasil-Egito e a política externa brasileira para o Oriente Médio
2012 Mestrado em Arqueologia Histórica pela Universidade de Leicester, Reino Unido

Cargos:

1994 Terceiro-secretário
1999 Segundo-secretário
2005 Primeiro-secretário, por merecimento
2008 Conselheiro, por merecimento
2014 Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

1994-97 Divisão da Europa-I (DE-I), assessor
1997-00 Consulado-geral em Rotterdam, vice-cônsul; cônsul-adjunto; encarregado do consulado-geral
2000-02 Embaixada em Damasco, terceiro-secretário, encarregado de negócios, a.i.
2002-05 Consulado-geral em Tóquio, cônsul-adjunto, encarregado do consulado-geral
2005-08 Divisão de Assistência Consular (DAC), chefe interino; chefe substituto; chefe
2006 Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior (DBR), chefe substituto
2008-13 Embaixada no Cairo, ministro-conselheiro comissionado; encarregado de negócios, a.i.
2013- 16 Embaixada em Acra, ministro-conselheiro comissionado; ministro-conselheiro; encarregado de negócios, a.i.;
2017-18 Embaixada em Jacarta, ministro-conselheiro; Encarregado de Negócios, a.i.
2018 Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos (SGEB), assessor da Subsecretária-Geral
2018 Diretoria de Estudos Econômicos e Pesquisas (DEPES) do Ministério do Turismo, diretor
2019-20 Coordenação-Geral de Turismo e Esporte (CGTE), coordenador-geral
2020- Embaixada em Riade, ministro-conselheiro; encarregado de negócios, a.i.

Condecorações:

1997 Ordem do Infante D. Henrique, Portugal, Oficial
2010 Medalha do Pacificador, Exército Brasileiro
2011 Ordem de Rio Branco, Comendador

KARINA CARNEIRO MORAIS
Chefe, substituta, da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO SUDÃO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Dezembro de 2021

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Sudão
GENTÍLICO	Sudanês(a)
CAPITAL	Cartum
ÁREA	1 861 484 km ²
POPULAÇÃO (BM, 2020)	43 849 269 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Árabe (oficial); inglês (oficial); mais de 500 línguas nativas.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo (97%); cristianismo (1,5%), religiões africanas tradicionais (1,5%).
SISTEMA DE GOVERNO	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Conselho Legislativo de Transição (até a realização de eleições em 2023)
CHEFE DE ESTADO	Abdel Fattah al-Burhan (desde agosto de 2019)
CHEFE DE GOVERNO	Abdalla Hamdok (desde agosto de 2019)
MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Mariam al-Mahdi (desde fevereiro de 2021)
PIB NOMINAL (FMI, 2021)	US\$ 34,37 bilhões
PIB PPP (FMI, 2021)	US\$ 181,71 bilhões
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	-3,6% (2020); -2,5% (2019); -2,3% (2018); 0,7% (2017); 3,5% (2016); 1,9% (2015); 4,7% (2014)
PIB PER CAPITA	US\$ 775,04 (FMI, 2021)
PIB PER CAPITA PPP	US\$ 4.100 (FMI, 2021)
IDH	0,510/170º no ranking (2019)
EXPECTATIVA DE VIDA	65,3 anos (PNUD, 2019)
ALFABETIZAÇÃO	60,7% (PNUD, 2019)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	16,5% (PNUD, 2019)
UNIDADE MONETÁRIA	Libra sudanesa
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Ministro Mohammed El Rashed, encarregado de negócios
EMBAIXADORA EM CARTUM	Patrícia Maria Oliveira Lima (desde 17/01/2019)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ MILHÕES F.O.B) – FONTE: MDIC

BRASIL → SUDÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	96,8	81,9	53,8	17,3	24,8	31,47	42,7	16,7	17,8	27,6
Exportações	96,7	81,8	53,6	16,9	23,4	30,4	42,1	16,7	17,3	26,8
Importações	0,06	0,13	0,2	0,4	1,4	1,07	0,6	0,06	0,5	0,7
Saldo	50,5	97,2	100,5	96,6	81,7	53,4	16,5	16,6	16,8	26,1

APRESENTAÇÃO

Terceiro país mais extenso do continente africano, o Sudão está situado nas regiões do Sahel e do Chifre da África. Ao norte, o país faz fronteira com o Egito e a Líbia; ao oeste, com o Chade; ao sul, com o Sudão do Sul; e a leste, com a Etiópia, a Eritreia e o Mar Vermelho. Possui um dos maiores potenciais agrícolas, bem como uma das maiores reservas de ouro, do continente africano, entre outros importantes recursos naturais, como petróleo e gás.

Desde a independência (1956), o conflito entre as regiões norte e sul do país dominou a agenda sudanesa. A secessão do sul, em julho de 2011, impôs ao país dificuldades que o levaram a buscar a diversificação de sua matriz produtiva e a atração de investimentos externos. A independência do Sudão do Sul, em cujo território localizavam-se cerca de 75% das reservas de petróleo exploradas do país, resultou na perda, para Cartum, de grande parte da renda petrolífera. Esta respondia por mais da metade da receita orçamentária do estado e por cerca de 95% do valor das exportações.

Em dezembro de 2018, a grave crise econômica no país levou a demonstrações populares que exigiam a saída de Omar al-Bashir, então no poder há quase três décadas, e a redemocratização do país. Em abril de 2019, Bashir foi deposto e preso, juntamente com dezenas de seus aliados políticos, pelas Forças Armadas sudanesas. Formou-se, então, o Conselho Militar de Transição (CMT). No entanto, as manifestações populares capitaneadas por organizações da sociedade civil e partidos de oposição prosseguiram, em recusa a governo militar. Em agosto de 2019 os militares e os movimentos pró-democracia assinaram acordo de partilha de poder que resultou na formação de um governo de transição civil-militar, com previsão de encerrar suas funções em 2023, quando está prevista a realização de eleições gerais.

As relações entre Brasil e Sudão, embora recentes, têm evoluído positivamente. Investimentos brasileiros no setor agrícola, o reescalonamento da dívida sudanesa (2013) e a execução de projetos de cooperação técnica bilateral no domínio da cana-de-açúcar e do algodão são marcos dessa evolução.

PERFIS BIOGRÁFICOS

ABDEL FATTAH AL-BURHAN

Presidente do Conselho Soberano de Transição



Abdel Fattah al-Burhan nasceu em 1960 e formou-se na Academia Militar. Serviu no exército sudanês e participou nas frentes de combate durante a guerra de Darfur e a Segunda Guerra Civil Sudanesa no Sudão do Sul. Em 2018, foi nomeado comandante das forças terrestres do Exército. Em 26 de fevereiro de 2019, foi elevado ao posto de tenente-general. Entre abril e agosto de 2019, atuou como chefe de Estado de fato do Sudão, ocupando o cargo de presidente do Conselho Militar de Transição (TMC) após a renúncia do ex-presidente Ahmed Awad Ibn Auf. Desde agosto de 2019, atua como presidente do Conselho Soberano de Transição (chefe de estado do governo de transição).

ABDALLA HAMDOK

Primeiro-Ministro



Abdalla Hamdok nasceu em 1956. É bacharel em Ciências pela Universidade de Cartum e doutor em Estudos Econômicos pela Universidade de Manchester. De 1981 a 1987, foi funcionário sênior do Ministério das Finanças e Planejamento Econômico do Sudão. Nos anos 90, Hamdok ocupou altos cargos na Deloitte & Touche e, posteriormente, na Organização Internacional do Trabalho no Zimbábue, seguidos por vários anos no Banco Africano de Desenvolvimento, na Costa do Marfim. Foi diretor Regional para África e Oriente Médio do Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (2003-8) e Secretário Executivo Adjunto da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África – UNECA (2011-18). Assumiu a chefia de governo de transição em 21 de agosto de 2019.

MOHAMED HAMDAN 'HEMEDTI' DAGALO

Vice-Presidente do Conselho Soberano de Transição



Mohamed Hamdan 'Hemedti' Dagalo nasceu na região de Darfur. Tornou-se líder dos *Janjaweed* durante a Guerra em Darfur, que começou em 2003. Foi nomeado brigadeiro-geral nas Forças de Apoio Rápido (*Rapid Support Forces - RSF*) pelo governo de Omar al-Bashir, cujo comando exerceu até recentemente, quando o transferiu para seu irmão. Tornou-se vice-presidente do Conselho Militar de Transição

(TMC) após a queda de Bashir, em abril de 2019. Em agosto do mesmo ano, o TMC transferiu o poder para o Conselho Soberano de Transição, no qual Hemedti exerce desde então a Vice-Presidência.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Sudão estabeleceram relações diplomáticas em 1968, contudo, os longos conflitos entre o norte e o sul do país africano (1955-1972 e 1983-2005) dificultaram o estreitamento de seus laços internacionais. A paz alcançada em 2005, por meio do chamado Acordo Abrangente de Paz (AAP) entre o norte e o sul, contribuiu para acelerar o movimento de aproximação com o Brasil. O relacionamento bilateral ganhou maior impulso na década de 2000, como atestam a abertura da Embaixada do Sudão em Brasília (2004), a primeira do país na América do Sul, e a instalação da Embaixada do Brasil em Cartum (2006).

O Sudão identifica no Brasil parceiro privilegiado, capaz de contribuir para o desenvolvimento de setores-chave da economia do país, em especial a agricultura, e para a necessária diversificação da matriz produtiva sudanesa.

Desde 2010, tem-se registrado significativo número de visitas de autoridades sudanesas ao Brasil, de que são exemplo: duas visitas do então chanceler Ali Kharti (2010 e 2013); duas visitas do ministro do Petróleo Awad Al-Jaz (2011 e 2014); duas visitas do ministro da Agricultura (2013 e 2015) e uma visita do ministro das Finanças (2015). Além disso, em março de 2017, a ministra do Bem-Estar e da Seguridade Social, Mashair Ahmed Elamin Abdalla, realizou visita ao Brasil, quando manteve encontro com o então ministro Osmar Terra. Em seguimento a essa visita, o Sudão formalizou pedido de cooperação com o Centro de Excelência do Programa Mundial de Alimentos em Brasília, na área de desenvolvimento social.

Importante marco das relações bilaterais foi o estabelecimento, em 2006, do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Sudão, em cujo âmbito foram realizadas reuniões em 2006, 2007, 2009, 2011, 2017 e 2018, de forma alternada, em Brasília e em Cartum. A “revolução de dezembro”, entre 2018 e 2019, e a pandemia de 2020, contudo, dificultaram a continuidade da troca de visitas de alto nível.

Em 2020, o Brasil fez doação de USD 250 mil ao Centro de Controle de Doenças da União Africana (CDC-UA), como assistência humanitária para apoiar as ações de combate à pandemia de covid-19. Por decisão do CDC-UA, os recursos foram direcionados para a aquisição de kits de testagem para covid-19 e oferecidos ao Ministério de Saúde do Sudão em outubro daquele ano.

Cooperação técnica

O setor agrícola é identificado como prioritário pelo governo sudanês. Condições climáticas e de solo favorecem a agricultura no Sudão. A área agricultável do país, calculada em cerca de 80 milhões de hectares, é comparável à área plantada brasileira. Desse modo, o Sudão poderá desempenhar papel relevante

como fornecedor para países da África do Norte e do Golfo, em sua maioria importadores líquidos de alimentos. O governo sudanês também atribui grande relevância ao incremento da produção de biocombustíveis, como forma de diversificar sua matriz produtiva e energética.

As áreas agrícola e energética têm sido priorizadas pela cooperação técnica brasileira em benefício do Sudão, realizada ao amparo legal do Acordo de Cooperação Técnica, assinado em 11 de maio de 2005 e em vigor desde 21 de setembro de 2006. Atualmente, estão sendo implementados dois projetos de cooperação na área agrícola, voltados para a melhoria da produção sudanesa de cana-de-açúcar, iniciado em 2017 e com término previsto para 2022, e de algodão, iniciado em 2012 e com encerramento previsto para 2022. Entre as atividades de cooperação já concluídas encontram-se o treinamento de técnicos sudaneses na área de biocombustíveis (2009-2010); o compartilhamento de experiências na área eleitoral; o apoio ao referendo de secessão do sul do Sudão (2010-2011); e o treinamento de advogados sudaneses no Brasil (2010-2011).

O Sudão manifestou interesse por projetos de cooperação técnica com o Brasil nas áreas de educação profissionalizante, capacitação profissional e manejo de recursos hídricos, bem como no estabelecimento de parceria no domínio agrícola que envolva o Brasil e países do Golfo. O Sudão mantém parceria estratégica na área de segurança alimentar com esses países, que importam cerca de 78% dos alimentos que consomem.

Temas econômicos, comerciais e financeiros

O fluxo comercial do Brasil com o Sudão atingiu seu pico em 2010, quando totalizou USD 100 milhões, declinando depois de 2014, quando registrou volume de apenas USD 17,3 milhões. O intercâmbio voltou a subir nos anos seguintes, para novamente declinar em 2018, quando atingiu piso histórico de USD 16,7 milhões. Em 2019, aumentou para USD 17,8 milhões e, novamente, para USD 27,6 milhões em 2020.

Historicamente, o intercâmbio comercial é favorável ao Brasil. As exportações brasileiras, sobretudo de açúcares, respondem pela quase totalidade das trocas com o Sudão. Apesar de bastante reduzidas, as importações brasileiras chegaram a superar, em 2015 e em 2016, o patamar de US\$ 1 milhão. Plantas para perfumaria e medicina constituem os principais produtos importados pelo Brasil.

Em maio de 2013, o Senado Federal aprovou o reescalonamento da dívida oficial do Sudão com o Brasil, resultando no perdão de cerca de 90% da dívida total (US\$ 44 milhões). O valor restante foi amortizado em 12 parcelas mensais. A dívida sudanesa constituía entrave à obtenção de créditos para o financiamento de projetos implementados por empresas brasileiras. A renegociação da dívida com o Brasil e a normalização do relacionamento do Sudão com as instituições

financeiras internacionais resultaram na suspensão, em 2017, de sanções econômicas unilaterais impostas pelos EUA. A retirada do Sudão da lista de países patrocinadores do terrorismo, em dezembro de 2020, tem também o potencial de beneficiar setores produtivos brasileiros, como o de maquinário e insumos agrícolas, usinas de etanol, entre outros.

No âmbito dos investimentos, a realização da primeira missão técnica do antigo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio ao Sudão, em 2010, envolvendo BNDES e empresários, estimulou a presença de empresas brasileiras do agronegócio naquele país. Despontaram como pioneiras, na ocasião, empresas de laticínios e, principalmente, fabricantes de máquinas e implementos agrícolas. Nova frente aberta por empresas brasileiras foi iniciada pelo Arranjo Produtivo Local do Açúcar e Alcool (APLA) de Piracicaba, com a realização de missões prospectivas ao Sudão, com desdobramentos positivos, como o início dos trabalhos de prestação de serviços de consultoria agrícola brasileira para incremento da produtividade açucareira sudanesa. Empresas brasileiras do setor agropecuário também estabeleceram parcerias com companhias sudanesas, em atividades de genética animal, piscicultura e avicultura.

Em 2019, novas frentes de cooperação abriram-se entre fornecedora brasileira de equipamentos de irrigação e empresas privadas de Uberaba e Uberlândia, com vistas à troca de experiências para o aumento da produtividade da cana-de-açúcar. Também foi concluída a negociação entre consórcio açucareiro e empresa brasileira, para a produção de etanol no Sudão, a partir da batata-doce.

POLÍTICA INTERNA

A história do Sudão, desde sua independência em 1956, foi marcada, em grande medida, pelo conflito entre as regiões norte e sul do país. A origem dos conflitos encontra-se no histórico domínio exercido pelo norte, com população predominantemente de língua árabe e religião muçulmana, sobre o sul subsaariano, povoado por centenas de etnias, com predomínio de religiões cristãs e animistas.

Desde o domínio otomano, o foco da atenção dos administradores do Sudão foi a região central do país, devido à grande fertilidade da área de confluência entre os rios Nilo Branco e Azul (que tornou possível o cultivo de algodão, então principal produto agrícola de exportação). As profundas diferenças culturais entre as regiões levaram o condomínio anglo-egípcio, que passou a governar o Sudão a partir de 1898, a optar por separar formalmente a administração do sul e do norte. Em 1946, as autoridades coloniais decidiram, à revelia dos sulistas, consolidar no norte a administração do sul. A política interna sudanesa até a independência foi, assim, marcada pelo predomínio de elites islâmicas arabizadas do centro-norte do país, o que contribuiu para que as regiões sul, leste e oeste ficassem, em boa medida, excluídas da partilha de poder e riqueza dos sucessivos regimes.

Nesse contexto de profundas clivagens étnicas, políticas, culturais e econômicas entre o norte e o sul do Sudão, conformou-se cenário político conturbado, marcado por períodos de estabilidade política e de volatilidade interna.

Em 1º de janeiro de 1956, o Sudão alcançou a independência em relação ao condomínio anglo-egípcio. Antes mesmo de o país se tornar soberano, unidades sulistas do exército amotinaram-se contra sua transferência para quartéis comandados por oficiais do norte. Iniciou-se, assim, conflito que perduraria até o final dos anos 1960. Estima-se que a chamada “primeira guerra civil sudanesa” tenha resultado na morte de cerca de 500 mil pessoas.

Governo de Jaafar al-Nimeiri

Em 1969, golpe militar levou ao poder o coronel Jaafar al-Nimeiri. Naquele ano, os sul-sudaneses já controlavam a maior parte do atual Sudão do Sul. O novo governo desejava, como gesto inaugural, terminar o conflito, que consumia vidas e recursos. Em 1972, foi finalmente assinado acordo de paz com os rebeldes, então organizados sob o Movimento de Liberação do Sudão Meridional (SSLM, em inglês, precursor do Movimento Popular de Liberação do Sudão, SPLM). O acordo concedeu maior grau de autonomia à região, incorporando elementos sulistas ao sistema político e integrando os rebeldes ao exército sudanês.

No início dos anos 1980, sob pressão do norte, Nimeiri redividiu o sul em três províncias e proclamou a *sharia*, ou lei islâmica, como base do sistema legal sudanês.

A luta pelo controle dos recursos naturais, a rejeição do papel preponderante da religião islâmica no estado e a luta pela autodeterminação motivaram a retomada da guerra civil em 1983, por parte do SPLM e seu braço militar, o Exército Popular de Liberação do Sudão e seu braço político, SPLA/M no acrônimo em inglês.

Governo de Sadiq al-Mahdi

A escalada dos conflitos internos e a deterioração da situação econômica resultaram em golpe militar em 1985, com a destituição de Nimeiri e a nomeação de Sadiq al-Mahdi para a presidência do país (1986-1989). Nesse período, o exército sudanês enfraqueceu-se, o que facilitou ao SPLA/M dominar quase todo o sul do Sudão. Em 1990, os rebeldes chegaram às portas de Juba e, inclusive, em algumas regiões do norte, como o Nilo Azul e as montanhas Nuba, no Cordofão do Sul.

Governo de Omar Al-Bashir

Em meio ao conflito norte-sul, agravado por sérios problemas econômicos e sociais, Mahdi foi deposto em 1989 pelo general Omar Hassan Ahmed al-Bashir, da Frente Nacional Islâmica (NIF, em inglês), movimento islamista sunita. O novo mandatário suspendeu a Constituição e proscreeu todos os partidos políticos, exceto a NIF (o regime de partido único vigoraria até 2000). O governo Bashir promoveu amplas reformas no sistema legal e judicial do país, a fim de conformá-lo a uma determinada versão de islamismo político. Nesse período, houve confiscos de propriedades privadas e cresceu a influência do fundamentalismo islâmico, sob o comando de Hassan Al-Turabi, ideólogo da NIF. Com relação ao conflito com o sul, o novo governo lançou série de ofensivas militares, chegando a controlar boa parte do território rebelado. Entretanto, o SPLA/M e outras facções separatistas sul-sudanesas foram capazes de impor-se militarmente, reconquistando quase toda a região sul do país.

Nova Constituição foi elaborada em 1996, ano em que também foram realizadas eleições presidenciais – vencidas pelo general al-Bashir – e parlamentares. Em 1997, o governo iniciou conversações de paz com o SPLM e outros grupos rebeldes que se haviam formado no sul. Às rivalidades tradicionais, de cunho étnico e religioso, somava-se a disputa pelos dividendos do petróleo (que passaria a ser explorado em maior escala a partir de 1999).

Em 1998, a Frente Nacional Islâmica foi transformada no Partido do Congresso Nacional (NCP, em inglês), que manteve a estrutura centralizada do

Estado, mas suavizou, sobretudo no plano social, muitas das políticas da época de Turabi. A Constituição elaborada em 1996 entrou em vigor em julho de 1998, com separação de poderes e garantias de liberdade de associação, religião e pensamento. No campo econômico, o NCP passou a seguir a orientação do FMI a partir de 1997, e logrou estabilizar as contas nacionais do país. O Sudão obteve, assim, a partir de 1999, com o início da exportação em grande escala de petróleo, taxas de crescimento da ordem de 13%.

Em 1999, contudo, conflito interno no seio do NCP levou o presidente Bashir a declarar estado de emergência, dissolver o Parlamento e suspender direitos previstos na Constituição, inclusive aqueles relativos às estruturas de governo autônomo dos estados federados. Em dezembro de 2000, foram realizadas eleições gerais, boicotadas pelos partidos de oposição. Bashir reelegeu-se para novo mandato de cinco anos.

O Acordo Abrangente de Paz

Sob os auspícios da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), e com o apoio da troika formada por Estados Unidos, Reino Unido e Noruega, o processo de paz sudanês obteve progressos significativos.

O processo iniciado em 2002 culminou, em janeiro de 2005, com a assinatura do Acordo de Paz Abrangente (AAP) entre o governo do Sudão e o SPLM/A, liderado, então, por John Garang. O acordo, que abarcou todos os instrumentos anteriormente firmados, previa a convocação de eleições gerais no Sudão; a formação de Governo de Unidade Nacional; a organização de referendos sobre o status do Sul do Sudão da região fronteira de Abyei; a promoção de consultas populares no Cordofão do Sul e no Nilo Azul sobre a partilha de poder nesses estados; e o entendimento sobre as receitas advindas da exploração de petróleo. O AAP previa, especificamente, que as partes envidassem esforços para que a opção pela unidade fosse atrativa aos sul-sudaneses.

Desde seu reinício, em 1983, até a assinatura do AAP, em 2005, estima-se que a guerra civil sudanesa tenha resultado na morte de mais de 2 milhões de pessoas e gerado 4,5 milhões de deslocados internos e refugiados.

As eleições gerais previstas no AAP foram realizadas em abril de 2010, em clima pacífico. Pelos resultados, o presidente Bashir (NCP) foi confirmado no cargo, com 68% dos votos, e Salva Kiir (SPLM), com 93% dos votos, foi eleito presidente do governo do Sul e passou, igualmente, a ocupar o cargo de vice-presidente no Governo de Unidade Nacional. No Parlamento em Cartum, o NCP angariou 72,5% dos assentos e o SPLM, 22,3%. No novo governo, dois dos ministérios foram ocupados por representantes de Darfur, nove do SPLM e o restante por membros do NCP.

Para o SPLM, mais relevante que as eleições gerais foi o pleito para o governo do sul do Sudão, por meio do qual se constituiu instância semiautônoma na região. O interesse em participar do Governo de Unidade Nacional seria instrumental, contudo, para garantir a realização do referendo sobre o status do sul do Sudão.

Independência do Sudão do Sul

Nos termos do AAP, foi realizado, em janeiro de 2011, de forma pacífica, referendo sobre o status do sul do Sudão, cujos resultados confirmaram, por ampla maioria, o desejo dos sul-sudaneses de separar-se do norte (98,83% dos votantes optaram pela secessão).

O presidente Al-Bashir aceitou os resultados e promulgou decreto que confirmou o desfecho do referendo. Em 9 de julho de 2011, após período intermediário de seis meses, estipulado pelo próprio AAP, foi emitida a declaração formal de independência do Sudão do Sul. Salva Kiir assumiu, então, a presidência do novo país. A cerimônia de independência contou com a presença do presidente Bashir. O Sudão do Sul foi admitido como membro da ONU na semana seguinte (14/7/2011).

A secessão sul-sudanesa possuiu relevante caráter simbólico para a África. Foi o primeiro movimento endógeno de redefinição de fronteiras herdadas da era colonial ocorrido no continente, por meio do voto popular e com base em decisão mutuamente aceita.

Queda de Bashir

Sob o impacto da “Primavera Árabe” e da deterioração do quadro econômico, o presidente Bashir buscou promover paulatina abertura do regime, ao mostrar maior propensão ao diálogo. Bashir promoveu reforma ministerial, em fevereiro de 2012, e impôs medidas de restrição fiscal e de enxugamento da máquina pública, tendo em vista a perda de receitas provenientes dos recursos petrolíferos, após a independência do Sudão do Sul. Em abril de 2013, o governo anunciou anistia a todos os presos políticos e reiterou convite a todas as forças políticas para entendimento em torno de um projeto nacional, com vistas à eleição de 2015 e à elaboração de nova Constituição.

Logo no início de 2018, os preços dos alimentos básicos, dos combustíveis e serviços essenciais sofreram repentina majoração de até 300%, em razão de mudanças na taxa de câmbio oficial. O quadro econômico e social sudanês, que já se apresentava crítico desde a remoção de subsídios de produtos de primeira necessidade, ocorrida no final de 2016, foi agravado por influxo crescente de refugiados do Sudão do Sul e por surtos de cólera em diversas regiões do país, sobretudo na região meridional do país e em Darfur. Essa situação gerou

descontentamento generalizado da população. Ocorreram, em janeiro de 2018, diversas manifestações contra a carestia e escassez de alimentos básicos, na capital e no interior, tendo sido reprimidas pelo governo.

Em dezembro de 2018, a grave crise econômica no Sudão levou o presidente Omar al-Bashir, então há quase 30 anos no poder, a decretar medidas de austeridade, eliminando mais subsídios a produtos básicos. O resultante aumento adicional de preços provocou demonstrações populares, que, de início, protestavam contra a situação econômica, mas, já no final de dezembro, haviam ampliado seu escopo, passando a exigir a saída de Bashir do governo e a democratização do país. A Associação de Profissionais Sudaneses (SPA) desde cedo despontou como força organizadora das manifestações e, em janeiro de 2019, juntou-se a partidos de oposição e outras organizações da sociedade civil para formar o movimento Forças pela Liberdade e Mudança (FFC).

Em 23 de fevereiro de 2019, Bashir dissolveu os governos federal e estaduais, prendeu centenas de opositores e impôs estado de emergência. Declarou, também, que abriria mão da presidência do NCP e que deixaria em suspenso sua candidatura presidencial. Os protestos, não obstante, continuaram crescendo e chegaram ao clímax em 6 de abril de 2019, quando mais de um milhão de manifestantes acamparam diante do Complexo Militar, sede das Forças Armadas sudanesas, demandando a saída de Bashir.

Em 11 de abril de 2019, as Forças Armadas decretaram a prisão do presidente e estado de emergência por três meses. Formou-se, então, o Conselho Militar de Transição (CMT), liderado pelo general Abdel Fattah al-Burhan. As FFC, entretanto, prosseguiram com os protestos. Em 3 de junho de 2019, forças de segurança sudanesas reprimiram com violência manifestações pró-democracia, resultando na morte de mais de cem pessoas. O episódio, que ficou conhecido como “Massacre de Cartum”, levou a União Africana a suspender o Sudão, temporariamente, da organização.

Governo de transição

Em julho de 2019, o Conselho Militar de Transição e as Forças pela Liberdade e Mudança firmaram acordo político, prevendo a formação de governo de transição com representação partilhada entre militares e civis, até a realização de eleições. Em 17 de agosto de 2019, o CMT e o FFC acordaram, com a mediação da UA e do primeiro-ministro etíope Abiy Ahmed, a Declaração Constitucional, marco jurídico do período de transição. Pelos acordos, militares e civis indicariam cinco membros cada para compor o Conselho Soberano de Transição (CST). A presidência do CST seria exercida, primeiro, por um militar e, depois, por um civil, até a realização das eleições em 2023.

Em 20 de agosto de 2019, foram empossados os representantes civis e militares no Conselho Soberano de Transição, presidido pelo general Abdel Fattah al-Burhan. Em 21 de agosto, o economista Abdalla Hamdok tomou posse como primeiro-ministro. Em 3 de setembro, foi formado o governo, composto por 14 ministros, entre eles a primeira chanceler do país, Mariam al-Mahdi. O NCP, base política de Bashir, foi extinto em novembro de 2019, com confisco de todos os ativos e fundos do partido, transferidos para o tesouro nacional.

Dois dos primeiros desafios enfrentados pelo novo governo foram a persistência da crise econômica, com filas crescentes para comprar produtos como pão e combustível, e a presença do Sudão na lista de países patrocinadores de terrorismo (*States Sponsors of Terrorism – SST*) do Departamento de Estado dos Estados Unidos, problemas vistos como correlatos, em função do efeito negativo sobre as economias de países considerados patrocinadores de terrorismo, em consequência de sua quase exclusão do sistema financeiro internacional. Após negociações entre o Sudão e os EUA, o país foi enfim retirado da lista SST em dezembro de 2020. Para tal, o Sudão comprometeu-se a pagar USD 335 milhões, a título de compensação às famílias de vítimas de atos terroristas praticados pela Al Qaeda contra as embaixadas dos EUA em Nairóbi e Dar es Salam. Na frente econômica, contudo, persistiam as dificuldades.

No âmbito político, outro desafio foi incorporar ao governo de transição outras forças políticas, sobretudo das regiões mais afastadas do poder, que não participaram das negociações para sua formação. Com esse fim, foi assinado, em 3 de outubro de 2020, o Acordo de Juba para a Paz no Sudão, entre o governo de transição e a Frente Revolucionária do Sudão, que congrega cinco dos principais grupos armados das regiões de Darfur, Cordofão do Sul e Nilo Azul. O principal negociador do acordo, pelo governo sudanês, foi o vice-presidente do CST, Mohamed Dagalo (Hemedti). As negociações foram facilitadas pelos Emirados Árabes Unidos. Como consequência do Acordo de Juba, a Declaração Constitucional foi revista, de modo a permitir a incorporação de representantes destes grupos no governo de transição.

Tendo em vista que o acordo político e a Declaração Constitucional estipulavam alternância entre militar e civil na presidência do Conselho Soberano de Transição, até a realização de eleições de 2023, o general Burhan deveria transmitir a presidência do CST a um civil em novembro de 2021. Nos meses anteriores a esse prazo, contudo, registrou-se aumento da tensão entre militares e civis no interior do governo de transição. Em 21 de setembro de 2021, o governo de transição anunciou haver suprimido tentativa de golpe de estado, envolvendo militares e políticos, alegadamente, ligados ao governo de Bashir. No mês seguinte, ocorreram protestos, por um lado, favoráveis a instauração de um regime militar e, por outro, em apoio ao governo do primeiro-ministro Hamdok.

Em 25 de outubro de 2021, o presidente do Conselho Soberano de Transição, general Burhan, dissolveu o governo, decretou estado de emergência e assumiu plenos poderes. O primeiro-ministro Hamdok, integrantes do governo de transição e outros políticos foram presos. Posteriormente, Hamdok foi transferido para sua residência, onde permaneceu em prisão domiciliar. Em 11/11, foi anunciada a formação de novo Conselho Soberano. O general Burhan deu posse a si mesmo como presidente do Conselho Soberano, nomeando o general Hemedti como vice. O Conselho Soberano inclui representantes das regiões do país e militares que já compunham o dissolvido Conselho Soberano de Transição.

Em reação aos eventos de 25/10, as FFC convocaram campanha de desobediência civil e protestos, exigindo a restauração do governo de transição. Os protestos pacíficos da população foram reprimidos pelas forças de segurança sudanesas, resultando em cerca de 40 mortos, segundo associação de médicos do país.

As medidas de 25/10 foram imediatamente condenadas pela União Africana (UA) e pela a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). Ainda em 25/10, o Conselho de Paz e Segurança da UA suspendeu temporariamente o Sudão da organização. Em 28/10, o CSNU divulgou nota à imprensa sobre a situação no país, manifestando “profunda preocupação” com o “golpe militar”; a suspensão de algumas das instituições de transição; a declaração de estado de emergência; e a prisão do primeiro-ministro, bem como de outros membros civis do governo. UE e Liga dos Estados Árabes (LEA) também condenaram a quebra da institucionalidade, bem como os países da troika (EUA, Noruega e Reino Unido). Os EUA anunciaram, ainda, a suspensão da ajuda destinada ao Sudão, de cerca de USD 700 milhões. Da mesma forma, a Alemanha anunciou a interrupção de toda a ajuda humanitária canalizada ao país. O Banco Mundial suspendeu os desembolsos de operações em curso com o Sudão, bem como a análise de novas operações.

Situação atual

Em 21/11 foi anunciado acordo político entre Burhan e Hamdok pelo qual este seria reconduzido à chefia de governo. Na manhã do dia seguinte (22/11), Hamdok foi libertado. Na tarde do mesmo dia, o acordo foi assinado com vistas a reestabelecer governo de transição. O documento, entre outras decisões, reitera a Declaração Constitucional (2019) como baliza legal para o período de transição; emenda a mesma, de modo a garantir representação política a “todos os segmentos sociais, exceto o NCP” (base de sustentação do regime de Bashir); compromete-se à criação de “governo tecnocrático civil”; mantém a data de julho de 2023 para o fim do período de transição, com transferência de poder para governo a ser eleito naquele ano; afirma a “necessidade de reestruturar” o comitê responsável por

investigar e desmontar o regime de Bashir e a possibilidade de rever as decisões adotadas pelo comitê até o momento; e determina a libertação dos presos políticos.

Os movimentos pró-democracia, representados sobretudo pelas FFC, rejeitaram o acordo entre Burhan e Hamdok, mantendo a campanha de desobediência civil e os protestos populares. Em 22/11, 12 ministros dos 17 que compunham o gabinete de Hamdok, inclusive a chanceler Mariam al-Mahdi, demitiram-se em protesto contra o acordo, classificado como um “revés” para a transição democrática.

Enquanto as reações locais ao acordo foram diversas, a comunidade internacional acolheu de forma cautelosamente positiva o novo documento. Nesse sentido, pronunciaram-se UNITAMS, IGAD, Liga Árabe, União Africana, OCI, Troika (EUA, Noruega, UK) e União Europeia; e emitiram comunicados os Ministérios das Relações Exteriores de Turquia, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Egito, Bahrain, Kuwait, Canadá, Estados Unidos e Suíça.

POLÍTICA EXTERNA

A principal prioridade da política externa do governo de transição do Sudão tem sido romper o isolamento em que o país se encontrava durante o período de Omar al-Bashir, quando acusações de vínculos com o terrorismo internacional resultaram no afastamento dos doadores tradicionais (EUA e países europeus) e na imposição de sanções econômicas unilaterais pelos EUA. As sanções unilaterais norte-americanas agravaram o isolamento do país, ao impedir seu acesso a instituições financeiras internacionais. Assim, o Sudão passou a depender, sobretudo, de ajuda financeira obtida junta aos países do Golfo e das relações econômicas e comerciais com a China.

Em 21 de setembro 2019, o Primeiro-Ministro Hamdok empreendeu a primeira viagem, em muitos anos, de um mandatário sudanês aos Estados Unidos. Participou da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em clara indicação da disposição do governo sudanês de romper com o isolamento e buscar reinserir o país internacionalmente.

EUA

As relações do Sudão com os EUA deterioraram-se sensivelmente durante a década de 1990. Em 1993, o Departamento de Estado incluiu o Sudão na lista de países promotores de terrorismo (SST), bloqueando o acesso do país ao sistema financeiro internacional. Desde 1997, o Governo dos EUA passou também a aplicar sanções econômicas unilaterais contra o Sudão e contra cidadãos sudaneses. A inclusão do Sudão na lista SST e as sanções econômicas contra o país foram motivadas pela percepção norte-americana de que o regime de Bashir teria

franqueado o uso do território sudanês ao grupo terrorista Al Qaeda, liderado à época por Osama Bin Laden.

Em 2016, autoridades dos EUA e do Sudão iniciaram negociações, com vistas ao levantamento, ainda que parcial, das sanções unilaterais norte-americanas. Em janeiro de 2017 foi assinado decreto suspendendo parcialmente as sanções contra o Sudão, mantendo-se, contudo, as sanções contra indivíduos sudaneses. Em outubro de 2017, empresas norte-americanas foram autorizadas a exportar para o Sudão, sem linhas de financiamento. Em novembro de 2017, o então Subsecretário do Departamento de Estado, John Sullivan, esteve em Cartum para iniciar nova fase de negociações, com o objetivo de retirar o Sudão da lista SST.

A queda de Bashir e a formação do governo de transição no Sudão, em 2019, deram novo ímpeto às negociações iniciadas em novembro de 2017. O tópico mais sensível das conversas entre o Sudão e os EUA era o pagamento, pelo governo sudanês, de compensação às famílias dos cidadãos norte-americanos vitimados pelos atentados terroristas contra as Embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia, em 1998, de autoria da Al Qaeda. As partes chegaram a um acordo quanto ao valor da compensação (USD 335 milhões) em outubro de 2020. A retirada do Sudão da lista SST oficializou-se em dezembro de 2020.

Após a retirada do Sudão da lista SST, os EUA estabeleceram programa de ajuda ao país orçado em USD 700 milhões e concederam empréstimo ponte de USD 1 bilhão, para pagamento de parcelas devidas pelo país ao Banco Mundial. Os eventos políticos registrados no Sudão em 25 de outubro de 2021, contudo, levaram à suspensão da ajuda dos EUA.

Israel

No contexto do pagamento de compensação financeira às famílias das vítimas dos atentados de 1998 e da retirada do Sudão da lista SST, ocorreu a normalização de relações diplomáticas entre o país e Israel. Como outros países árabes, o Sudão rompeu relações diplomáticas com Israel em 1967, após reunião da Liga dos Estados Árabes (LEA), realizada em Cartum, em que a organização adotou resolução proclamando “não à paz com Israel, não ao reconhecimento de Israel e não às negociações com Israel”, até que este país se retirasse dos territórios ocupados no contexto da Guerra dos Seis Dias.

O anúncio da normalização de relações entre os dois países ocorreu em outubro de 2020, logo antes do anúncio dos EUA de que retiraria o Sudão da lista SST. Na ocasião, o presidente do Conselho Soberano de Transição, general Burhan, afirmou estar convencido de que a decisão, que encontrou resistência na ala civil do governo de transição, permitiria a reintegração do Sudão à comunidade internacional.

Em janeiro de 2021, o ministro de Inteligência de Israel liderou a primeira delegação oficial do governo israelense ao Sudão, com o objetivo de discutir avanços no processo de normalização entre os dois países iniciado no ano anterior, por intermédio dos Estados Unidos. No mesmo mês, o Sudão assinou a Declaração dos Acordos de Abraão, por ocasião da visita do secretário do Tesouro dos EUA, Steven Mnuchin, a Cartum. Em abril de 2021, o governo do Sudão revogou lei que proibia o país de estabelecer relações diplomáticas e comerciais com Israel.

A expectativa era de que as negociações entre Sudão e Israel culminassem na assinatura de acordo de paz entre as partes, no âmbito dos Acordos de Abraão, como aqueles recentemente firmados por Israel com o Bahrein e com os Emirados Árabes Unidos. Os desenvolvimentos recentes no Sudão, contudo, não têm contribuído para o avanço do processo negociador e a plena normalização de relações entre Sudão e Israel.

Irã e Países do Golfo

O regime de Bashir contou com apoio do Catar, da Turquia e do Irã, até 2015, quando o Sudão rompeu relações com este país. As relações com o Catar e a Turquia, por sua vez, também foram abaladas quando do início da Crise do Golfo, em 2017. Naquele momento, o Sudão ensaiou postura de neutralidade. Em consequência, as relações de Cartum com Riade e Abu Dhabi, que já eram próximas desde 2015, quando o Sudão uniu-se aos esforços de guerra da Arábia Saudita e dos EAU no Iêmen, intensificaram-se. Desde então, Riade e Abu Dhabi realizam contribuições financeiras significativas ao Sudão e investem em projetos agroindustriais no país. A queda de Bashir e o estabelecimento do governo de transição não trouxeram alterações significativas nas relações do Sudão com Arábia Saudita e EAU, que continuam próximas.

China

No contexto das sanções unilaterais norte-americanas ao Sudão, a China tornou-se importante fonte de recursos para a economia do país. Pequim constitui, atualmente, o maior parceiro comercial do Sudão, além de maior investidor estrangeiro. O país asiático investiu pesadamente na infraestrutura de escoamento do petróleo no norte sudanês. Com a secessão do Sudão do Sul, que herdou em seu território cerca de 75% das reservas petrolíferas do Sudão, passou adotar postura de equidistância no relacionamento com os dois países. Mais recentemente, além de investimentos em infraestrutura, mineração, hidrocarbonetos e construção civil, a China passou a investir em projetos agroindustriais no Sudão, especialmente nos setores de algodão e soja. Esse quadro não foi alterado com a queda de Bashir.

A mesma postura foi adotada pela China por ocasião da deposição do governo civil e na detenção do primeiro-ministro Hamdok pelo presidente do Conselho de Transição, general Abdel Fattah al-Burhan, em 25 de outubro de 2021. Nessa ocasião, a Chancelaria chinesa conclamou as partes envolvidas a “resolverem suas diferenças por meio do diálogo, com a manutenção da paz e da estabilidade”, evitando condenar o episódio.

Egito e Etiópia

Tema complexo das agendas externas de Sudão, Egito e Etiópia é a construção da Usina Hidrelétrica do Grande Renascimento Etíope (GERD). A GERD começou a ser construída em 2011 e a previsão é de que venha a ser a maior represa do continente africano e a décima no mundo, em termos de produção de eletricidade por turbinas hidráulicas. Acordos da era colonial que dão ao Egito o direito de obstar a construção de represas no Nilo e outorgam ao governo egípcio 55,5 bilhões de m³ de água fluvial não são reconhecidos pela Etiópia, que não participou das negociações. O Egito declara não ser contrário à construção da GERD pela Etiópia, mas considera “unilaterais” as medidas adotadas para seu enchimento, manifestando preocupação com o represamento do Nilo, fonte de mais de 97% dos recursos hídricos consumidos pela população egípcia.

Em 2020, proposta de acordo de diretrizes e regras para a primeira fase de enchimento da represa, auspiciada pelos EUA, foi aceita pelo Egito, mas rejeitada pela Etiópia. Desde julho de 2020, a União Africana busca mediar as negociações de acordo definitivo sobre o cronograma de enchimento da represa.

O governo de transição do Sudão vinha adotando posição próxima ao ponto de vista etíope, com os argumentos que a GERD ajudaria a controlar as enchentes no Sudão e poderia prover energia demandada pelo país. A partir de 2020, contudo, a posição sudanesa pendeu em direção ao Egito.

Além da questão da GERD, outro tópico do relacionamento entre o Sudão e a Etiópia é a disputa de fronteira no chamado triângulo de Al Fashaga. Segundo os acordos de delimitação de fronteira entre os dois países, de 1902 e 1907, quando o Sudão estava sob domínio britânico, Al Fashaga fazia parte do território sudanês. A Etiópia, contudo, contesta a soberania sudanesa sobre a área em disputa, recorrendo ao argumento de que essa zona de terras férteis tem sido historicamente ocupada por agricultores etíopes. Em 2008, os dois países chegaram a um arranjo informal, pelo qual a Etiópia reconhecia a soberania sudanesa do território reclamado e o Sudão admitia o direito dos agricultores etíopes de nele se estabelecerem. No entanto, desde o início do conflito na Etiópia, opondo o governo federal ao governo regional de Tigré, em novembro de 2020, esse entendimento demonstra ter-se fragilizado. O interesse estratégico pelo território em disputa aumentou com o conflito, pois Al Fashaga faz fronteira com as regiões etíopes de

Amara e Tigré. Em dezembro de 2020, os dois países aumentaram suas presenças militares na região e têm sido registradas escaramuças entre tropas sudanesas e etíopes.

Sudão do Sul

Embora particularmente tensas no primeiro ano que se seguiu à independência do Sudão do Sul em 2011, as relações entre Cartum e Juba têm registrado processo de distensão, a partir da adoção de postura pragmática voltada à valorização do diálogo como condição essencial para a prosperidade de ambos. Desde então, os dois países obtiveram avanços nas negociações dos termos para o escoamento do petróleo sul-sudanês pelo território do Sudão e para a demarcação da fronteira comum.

A questão do escoamento do petróleo produzido no Sudão do Sul, em cujo território estão localizadas 75% das reservas de petróleo do Sudão unificado, permanece como um dos temas mais importantes da pauta bilateral. A produção sul-sudanesa de hidrocarbonetos é escoada por oleoduto sudanês e exportada por Porto Sudão. Após a independência do Sudão do Sul, o novo país passou a acumular dívidas com o Sudão, relativas ao pagamento dos serviços para o escoamento e exportação da produção de petróleo.

Em 2012, o governo sul-sudanês chegou a anunciar a interrupção da produção, por considerar abusivos os valores cobrados por Cartum para escoamento e embarque do petróleo sul-sudanês. O impasse ganhou contornos militares, mas, após alguns meses, acordaram-se tarifas para escoamento da produção de petróleo sul-sudanesa. Em 2016, após a queda global do preço do petróleo, os dois países concordaram em reduzir as taxas de trânsito do petróleo do Sudão do Sul através do oleoduto do Sudão. Assim, o acordo de 2012 foi renovado por mais três anos.

As relações entre os dois países tornaram-se mais próximas após a queda de Omar Al-Bashir. Indicadores dessa reaproximação foram a negociação e assinatura, em Juba, do Acordo para a Paz no Sudão, celebrado entre o governo de transição e grupos rebeldes sudaneses, bem como a ativa mediação de Cartum no Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul, assinado em 2019, que pôs fim à guerra civil iniciada em 2013.

A disputa mais relevante entre Sudão e Sudão do Sul, ainda pendente de solução, refere-se à delimitação da fronteira na região de Abyei, que abriga grandes reservas petrolíferas. No âmbito das negociações do Acordo Abrangente de Paz, assinou-se o Protocolo para a Resolução do Conflito de Abyei, que concedeu à região estatuto administrativo próprio e determinou a realização de referendo local, para definir a qual país estará vinculada. A votação, contudo, foi adiada indefinidamente em razão de controvérsias quanto à participação eleitoral da

população Misserya (nômades que migram sazonalmente para a região e que possuem vínculos com o norte).

A fim de monitorar a desmilitarização da área e supervisionar a zona disputada, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou a Resolução 1990 (2011), criando a Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei (UNISFA), que conta com a participação de militares brasileiros. As negociações sobre a questão de Abyei, contudo, não têm progredido, em decorrência da situação interna dos países.

ECONOMIA

A secessão do Sudão do Sul produziu diversos impactos negativos na economia do Sudão. O maior deles foi a perda da receita do petróleo, cujas reservas localizam-se majoritariamente (75%) em território sul-sudanês. As receitas do petróleo representavam mais da metade das receitas do governo e 95% das exportações do Sudão antes da secessão, após a qual o crescimento econômico do Sudão viu-se comprometido e a taxa de inflação passou a aumentar (163% em 2020).

A eclosão da guerra civil no Sudão do Sul, em 2013, e a consequente interrupção de sua produção de petróleo, penalizou ainda mais a economia sudanesa, privada das receitas do escoamento do petróleo sul-sudanês (oleoduto e exportação via Porto Sudão). A assinatura do Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul, em 2019, pondo fim à guerra civil iniciada em 2013, abriu perspectivas para que a economia do Sudão possa voltar a se beneficiar das receitas geradas pelo escoamento da produção de petróleo sul-sudanesa.

O governo de transição do Sudão elegeu como uma de suas prioridades criar condições para que a economia sudanesa possa recuperar-se. Nesse sentido, além de reformas internas, Cartum tem buscado eliminar barreiras ao acesso do Sudão ao sistema financeiro internacional (como a retirada da lista SST, tratada acima), de modo que o país possa renegociar sua dívida e obter novos financiamentos junto ao FMI e ao Banco Mundial.

Em março de 2021, o Sudão pagou seus atrasados à Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA – Banco Mundial), após os EUA retirarem o país da lista SST, em dezembro de 2020, e concederem empréstimo ponte no valor de USD 1 bilhão para esse fim, em janeiro de 2021. Esse pagamento permitiu o reengajamento total do Sudão com o Banco Mundial, após quase 30 anos, e abriu caminho para que o país tenha acesso a novos fundos do IDA, estimados em cerca de US \$ 2 bilhões, para a redução da pobreza e recuperação econômica sustentável.

Ao liquidar as parcelas em atraso junto ao Banco Mundial, o Sudão deu passo fundamental para habilitar-se a receber alívio da dívida externa ao abrigo da Iniciativa para Países Pobres Muito Endividados (HIPC), no âmbito do Clube de Paris. Em 29 de junho de 2021, o Sudão atingiu o ponto de decisão HIPC, tornando-se assim o 38º país elegível para receber alívio da dívida ao abrigo da iniciativa. O alívio da dívida externa do Sudão, de USD 23,3 bilhões, é a maior operação da iniciativa HIPC. O país deverá beneficiar-se, ainda, de outros programas de renegociação de sua dívida, vinculados à iniciativa HIPC. Como resultado, espera-se alívio de mais de 90% da dívida externa sudanesa.

Os eventos políticos registrados no Sudão em 25 de outubro de 2021, contudo, levaram o Banco Mundial a interromper os desembolsos destinados ao Sudão.

Quanto ao comércio internacional, os principais produtos de exportação sudaneses são pérolas, sementes oleaginosas, animais vivos e combustíveis. O país importa, sobretudo, cereais, combustíveis, veículos e açúcar. Os principais destinos das exportações sudanesas são Emirados Árabes Unidos (EAU), China, Arábia Saudita, Egito e Índia. As importações sudanesas originam-se, sobretudo, de China, Rússia, Arábia Saudita, Índia e EAU.

Impactos econômicos da pandemia de Covid-19

Além da incerteza política e econômica, o Sudão tem experimentado, como outros países, o impacto social e econômico sem precedentes da pandemia de Covid-19. Segundo o Banco Mundial, o efeito econômico adverso da pandemia tem sido significativo no Sudão, incluindo aumento do preço dos alimentos básicos, crescimento do desemprego e queda das exportações. Em 2019 e 2020, o PIB do país registrou taxas negativas de crescimento (-1,3% e -1,5%, respectivamente).

Em dezembro de 2020, o Banco Mundial aprovou o projeto do Sudão de resposta emergencial à pandemia de Covid-19. O projeto alocou USD 21,9 milhões, com o objetivo de prevenir, detectar e responder à ameaça representada pelo vírus e fortalecer os sistemas nacionais de saúde pública. Em julho de 2021, financiamento adicional de USD 100,9 milhões foi aprovado, para aquisição de vacinas contra a covid-19 e fortalecimento do plano nacional de imunização.

ANEXOS

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1968	Brasil e Sudão estabelecem relações diplomáticas.
2003	Brasil recebe visita do ministro dos Transportes do Sudão.
2003	Brasil recebe visita do ministro da Educação sudanês.
2004	Sudão abre embaixada no Brasil, a primeira na América do Sul.
2005	Osman Ismail, então chanceler sudanês, participa da I Cúpula ASPA.
2005	Brasil contribui com observadores militares à UNMIS.
2005	Brasil e Sudão assinam Acordo de Cooperação Técnica.
2006	Brasil e Sudão assinam MdE de Consultas Políticas.
2006	É realizada, em Brasília, a I Reunião Bilateral de Consultas Políticas.
2006	Brasil abre embaixada residente em Cartum.
2006	Embaixador Hélio Magalhães de Mendonça apresenta credenciais.
2007	Governador de Cartum visita o Brasil e realiza programação empresarial.
2007	Subsecretário-Político II vai a Cartum para a II Reunião Bilateral de Consultas Políticas.
2008	Embaixador Omer Salih Abubakr assume a embaixada do Sudão no Brasil.
2008	Brasil recebe visita do Enviado Especial do presidente Al-Bashir, Ali Ahmed Karti.
2009	Realizada em Brasília a III Reunião Bilateral de Consultas Políticas, que contou também sessão para exame das áreas de cooperação.
2009	O então deputado Nilson Mourão realiza visita oficial ao Sudão (Cartum e Darfur), sendo recebido pelo presidente Al-Bashir.
2010	Osman Khalid Modawi, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento do Sudão, visita o Brasil, em reciprocidade à visita realizada pelo deputado Nilson Mourão.
2010	O Brasil, em parceria com Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, participa da Feira Internacional de Cartum (fevereiro).
2010/mar	Realizada missão de prospecção da ABC a Cartum, com

	representantes do MDA, Embrapa, Fiocruz e “Olé Brasil” (março).
2010	Atendendo a pedido do governo do Sudão, o Brasil envia àquele país missão de observação eleitoral (abril).
2010	Visita ao Brasil do ministro de Negócios Estrangeiros do Sudão, Ali Karti, durante a qual foi celebrado acordo que estabelece a Comissão Mista entre os dois países (novembro).
2011	Visita do governador de Cartum ao Distrito Federal, ocasião na qual foi firmado acordo estabelecendo as duas capitais como cidades-irmãs, com cooperação nas áreas de saneamento básico, desenvolvimento agrícola, transporte, entre outras (abril).
2011	IV Reunião de Consultas Políticas Bilaterais ocorre em Cartum, e conta com presença do Subsecretário Político III, do Itamaraty, e da alta cúpula da Chancelaria sudanesa (dezembro).
2012	Visita ao Brasil do ministro do Petróleo sudanês, Awad Al-Jazz. Visita ao Brasil do presidente da Assembleia Nacional do Sudão, Sr. Ahmed Ibrahim El-Tahir (novembro).
2013	Visita do ministro da Agricultura do Sudão ao Brasil – que já havia visitado o Brasil, em 2007, na qualidade de governador de Cartum (março).
2013	Governo brasileiro anuncia perdão de 90% da dívida sudanesa. Assinatura de projeto entre a ABC e o governo sudanês na área do plantio da cana-de-açúcar (maio).
2013	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros do Sudão, Ali Ahmed Karti (junho).
2014	Visita ao Brasil do ministro do Petróleo sudanês, Awad Al-Jazz.
2015	Visita do ministro da Agricultura do Sudão ao Brasil
2017	Visita da ministra do Bem-Estar e da Seguridade Social, Mashair Ahmed Abdalla (março).
2017	Realizada, em Brasília, a V Reunião Bilateral de Consultas Políticas, com participação do subsecretário do ministério dos Negócios Estrangeiros do Sudão (abril).
2017	Início das atividades do projeto de cooperação técnica "Melhoramento da Produção da Cana-de-açúcar no Sudão", em parceria com a Universidade Federal de São Carlos (agosto).
2018	VI Reunião de Consultas Políticas Bilaterais ocorre em Cartum, e conta com presença do Subsecretário de África e Oriente Médio, do Itamaraty, e da alta cúpula da Chancelaria sudanesa (abril).
2020	Doação ao Ministério da Saúde sudanês de kits para testagem de

	Covid-19, adquiridos com recursos doados pelo Brasil ao Centro de Controle de Doenças da União Africana (outubro).
--	--

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Celebração	Entrada em vigor	Situação
Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Sudão sobre o estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente para Cooperação	24/11/2010	24/11/2010	Vigente
Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Sudão sobre isenção de visto para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço (especiais)	24/11/2010	24/11/2010	Vigente
Memorandum de entendimento para o estabelecimento de Consultas Políticas	09/05/2006	09/05/2006	Vigente
Acordo de cooperação técnica	11/05/2005	21/09/2006	Vigente